



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUIZ DE FORA

DOD - DEMANDA INTEMPESTIVA

a) Motivo relevante e urgente para a demanda

Necessidade de substituição das persianas instaladas no edifício sede da Subseção de Juiz de Fora, desde a inauguração há 15 anos, danificadas pelo tempo de uso e exposição ao sol, necessárias como um objeto capaz de proteger e também de filtrar o sol em todos os ambientes do edifício cuja fachada é revestida de vidro. Além disso, as persianas são capazes de garantir a privacidade do local.

b) Justificativa para o descumprimento do prazo regular

A contratação é superveniente porque surgiu de demanda nova originada no decorrer do presente ano (2023).

c) Indicação das possíveis fontes de recursos para sua realização, previamente verificadas pela unidade requisitante junto à unidade orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. Para se dar cumprimento ao artigo 6º, XXIII, "j", da lei 14.133/21, a declaração orçamentária da SEORC, a ser feita posteriormente, será parte integrante do TR, sendo a ele anexada para todos os fins.

d) Em qual PAC essa demanda deveria ter entrado?

No ano de 2023.

1. Unidade requisitante (inc. III)

NUSUB/SEAFI - Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.

2. Descrição sucinta da demanda (inc. II)

Aquisição e instalação de cortinas/persianas tipo rolô: Tela Solar 3%, com acionamento manual, resistência ao fogo conforme norma FR-NFPA 70, para interior e semi translúcida, para instalação no edifício sede sede da Subseção de Juiz de Fora.

3. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais (inc. IV)

A presente contratação não constou do PAC 2023, considerando-se que a demanda surgiu após a elaboração do plano.

A contratação objeto desta demanda encontra-se alinhada com:

1. Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF 2021/2026, aprovado pela Resolução CNJ n. 325, de 29/06/2020.

2. Macrodesafios nacionais:

2.1. Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

* [ODS: 16](#) - Paz, Justiça e Instituições eficazes.

4. Justificativa expressa para a contratação (inc. V)

Necessidade de substituição das persianas danificadas pelo tempo de uso e exposição ao sol, necessárias como um objeto capaz de proteger e também de filtrar o sol em todos os ambientes do edifício cuja fachada é revestida de vidro.

5. Código de item (inc. I)

6. Quantidade total estimada da contratação (inc. VI)

7. Valor unitário e total estimado da contratação (inc. VII)

Obs.: os dados correspondentes aos tópicos 5, 6 e 7 devem ser informados conjuntamente

5) 482597

6 e 7) 400 itens - valor por m²: R\$ 174,31 por m² - total da contratação é de R\$183.283,48 (cento e oitenta e três mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos).

8. Vinculação ou dependência, se houver, com a contratação de outro item para sua execução* (inc. VIII)

Não existe vinculação ou dependência com a realização de outra contratação para a execução total do objeto da presente contratação.

9. Data-limite para entrega dos bens, início da prestação dos serviços ou prorrogação contratual (inc. IX)

Data-limite para a entrega dos bens: 20/12/2023.

10. Prazo previsto para a execução* (inc. X)

30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da cópia da nota de empenho.

11. Indicar se o objeto é passível de contratação por meio de compra compartilhada* (inc. XI)

Sim.

12. Forma prevista para a contratação* (inc. XII)

Licitação na modalidade Pregão eletrônico, nos termos da Lei 14.133.

13. Grau de prioridade da contratação (inc. XIII)

Grau 3.

14. Critérios de sustentabilidade* (inc. XIV)

A Contratada deverá obedecer aos requisitos dispostos no Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF) e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Critérios de sustentabilidade: utilização de materiais recicláveis, produtos com vida útil mais longa; produtos que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos; que consumam menor quantidade de matérias-primas e de energia na fabricação e na sua utilização. Os bens devem ser, portanto, constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável. Além disso, preferencialmente, devem estar acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

15. Riscos da não contratação (inc. XV)

A não contratação compromete o conforto térmico e a necessidade de proteger os ambientes do edifício, cuja fachada é revestida de vidro, filtrando a luz solar que pode causar danos aos equipamentos, móveis e pessoas.

**Os DODs relativos a pedidos de prorrogação ou renovação de contratos contínuos vigentes dispensam as informações dos tópicos 8, 10, 11, 12 e 14.*



Documento assinado eletronicamente por **Leda Carmen de Bessa Camargo e Andrade, Analista Judiciário**, em 11/10/2023, às 13:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0461399** e o código CRC **F178A692**.